

Expurgo do INPC deverá ser menor

por Cláudia Safatle
de Brasília

O presidente Figueiredo deverá receber, hoje pela manhã, o pacote de medidas relativo ao expurgo dos aumentos de preços decorrentes de redução dos subsídios dos índices oficiais da economia e, ainda, as decisões sobre a política salarial dos funcionários das empresas estatais. Já nas próximas horas será divulgada a variação da ORTN para julho, contendo o expurgo.

Ontem, reunidos com os líderes e vice-líderes do PDS e do PTB na Câmara e no Senado, o ministro do Planejamento, Delfim Net-

to, procurou dar os contornos definitivos ao pacote. Alguns pontos estão delimitados: o expurgo será diferenciado, menor para o INPC, índice que reajusta os salários, e maior para o Índice Geral de Preços (IGP), correção monetária e correção cambial. O expurgo do INPC deverá ser feito em mais ou menos 60 dias, o que parece ser uma questão meramente institucional, já que, apurado o índice, ele passa a incidir sobre o dissídio de dois meses depois. Também a diferenciação do percentual a ser extraído pode ser explicada: os derivados de petróleo e trigo têm menor ponderação no INPC que

no IPA (Índice de Preços por Atacado, responsável por peso 6 na inflação).

O deputado Nelson Marchezan, líder do PDS, explicou que o expurgo do INPC será efetuado em duas etapas. Já o senador do partido governista, Carlos Chiarelli, foi mais adiante, falando que Delfim Netto pretende cortar o INPC cada vez que houver aumentos "acidentais" de um dos 230 produtos que o compõem, e que o expurgo poderia ser da ordem de 6%.

INTERPRETAÇÃO

Outras tentativas de interpretação da fala do ministro, durante a reunião que durou mais de duas ho-

ras, foram feitas pelos senadores Virgílio Távora e Carlos Alberto de Souza. O primeiro disse que a diferenciação poderia ser feita, numa hipótese, da seguinte forma: redução de 4 a 5% no Índice Geral de Preços, de 2 a 3% no INPC e uma média entre os dois seria aplicada nas correções monetária e cambial.

Carlos Alberto de Souza, que teve um novo encontro com o ministro Delfim Netto, revelou que a fórmula seria a aplicação de um redutor de 0,7% no INPC e 0,8% no IGP. Informou também que a definição do quadro deve ser dada pelo ministro no seu pronunciamento de hoje à tarde na

Câmara dos Deputados. Isso ele pôde inferir da conversa com o ministro, após este ter estado com o chefe da Casa Civil, Leitoão de Abreu.

"Amanhã (hoje), o ministro poderá externar o projeto, já esboçado. Ele está apenas aguardando a aprovação do presidente Figueiredo para encaminhar os projetos ao Congresso Nacional. As medidas", acrescentou o senador, "serão adotadas mediante portarias administrativas e projetos de lei."

Expurgo e livre negociação salarial foram os dois assuntos que tomaram a maior parte do tempo da reunião de Delfim Netto com os parlamentares. O outro tema — corte nos gastos de custeio das empresas estatais — ficou praticamente definido: tudo o que for "liberalidade" da empresa, seja abono assiduidade, abono funeral ou abono de casamento, sejam participações nos lucros das empresas, deixará de existir. Permanecerá somente o que for considerado direito adquirido um e apenas para os funcionários em exercício. Os novos contratados receberão puramente aquilo que for salário. Segundo relato do senador Gabriel Hermes, o governo fixará 14 salários para todas as empresas.

Para reajustar salários, as empresas terão de enca-

mentares, exceto Carlos Chiarelli, que se manifestou contra. Essa medida, segundo Carlos Alberto de Souza, seria boa se acompanhada de mudanças na lei de greve.

Os parlamentares consideraram os resultados da reunião como um bom ganho político. "Não fossem os freios políticos, as medidas seriam mais ajustadas às necessidades econômicas que à realidade social", ponderou o senador Virgílio Távora, acrescentando que houve "concordância" entre os representantes do PDS e PTB e o ministro do Planejamento em torno do "expurgo" dos índices.

O deputado Nelson Marchezan alegou que, graças ao acordo entre o PTB e o PDS, "conseguimos que toda a sociedade pague uma parte da crise".

O elemento que permeia o raciocínio dos parlamentares é que, expurgando primeiro a correção monetária, logo em seguida a correção cambial e, por último, o INPC, os preços dos aluguéis e da casa própria seriam rebaixados e, quando fossem expurgados os salários, haveria uma certa compensação.

minhar suas propostas com 60 dias de antecedência ao Conselho de Desenvolvimento Econômico (CDE), que fará uma radiografia e enviar ao Conselho Nacional de Política Salarial a intenção da empresa estatal. Além disso, os funcionários inativos (aposentados) atualmente na ativa terão de deixar seus cargos até 1985.

Com essas medidas, segundo Carlos Chiarelli, haverá uma economia de 3 a 5% nos gastos de custeio das empresas públicas neste segundo semestre e o mesmo percentual no primeiro semestre do ano que vem.

EMENDA

O ministro Delfim Netto defendeu ardorosamente a emenda do senador Jutahy Magalhães, que prevê a opção pela livre negociação salarial em troca da estabilidade no emprego. Nesse aspecto, houve um certo consenso entre os parla-